

TESOUREIRO



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▮ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▮ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▮ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▮ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▮ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 05, leia a charge abaixo.



Fonte: UM BRASIL

Questão 01. Sob a ótica da progressão temática e do perfil psicológico traçado pelo cartunista, a conduta do personagem no quarto quadro decorre de:

- (A) Uma tentativa desmesurada de demonstrar ao espelho que possui recursos financeiros superiores aos dos demais cidadãos.
- (B) Uma aceitação resignada e serena de sua própria inferioridade moral em relação à média da população brasileira.
- (C) Um impulso impensado motivado pela surpresa de constatar a existência de instâncias fiscalizadoras e imparciais na sociedade.
- (D) Uma recusa em reavaliar a própria conduta, preferindo corruptoramente adequar o julgamento da realidade ao seu narcisismo.

Questão 02. A partir da formulação interrogativa do personagem no segundo quadro, infere-se do texto que:

- (A) O enunciador pressupõe uma posição de superioridade ética em relação aos demais, utilizando a pergunta não para buscar informação, mas para confirmar sua autoimagem grandiosa.
- (B) O falante demonstra uma dúvida genuína decorrente de uma autoavaliação rigorosa e autocrítica sobre suas ações cotidianas.
- (C) A pergunta possui um caráter neutro, buscando dados estatísticos reais sobre a conduta moral da população do país.
- (D) O personagem antecipa uma resposta negativa do espelho, preparando-se previamente para reformular seus valores morais.

Questão 03. Considere as seguintes afirmativas sobre os recursos expressivos e a progressão narrativa do texto visual e verbal e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A personificação do espelho constitui um recurso alegórico para demonstrar que a busca pela verdade factual é facilmente anulada pela conveniência do interlocutor.
- () A alteração na fisionomia do personagem no terceiro quadro sugere um sentimento imediato de contrição e remorso diante da constatação de sua conduta aética.
- () A oferta de cédulas no último quadro evidencia que o personagem concebe a honestidade não como um valor inegociável, mas como uma mercadoria passível de barganha.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.

Questão 04. Analise a estrutura sintático-comparativa presente no segundo quadro: **...mais honesto do que eu?** Caso o cartunista optasse por reescrever o segmento omitindo a preposição **de**, mantendo a frase como **...mais honesto que eu?**, a correção gramatical e o sentido original do texto seriam:

- (A) Incorretamente alterados, pois a gramática normativa proíbe a omissão da preposição **de** em estruturas comparativas.
- (B) Comprometidos, visto que a forma **que** sem preposição transforma a oração comparativa em uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) Modificados no aspecto semântico, pois a expressão **que eu** indica posse, enquanto **do que eu** indica comparação de igualdade.
- (D) Integralmente preservados, uma vez que a partícula **de** na expressão comparativa **mais... (do) que** é facultativa na norma-padrão.

Questão 05. No primeiro quadro da charge, o balão de fala do personagem apresenta o emprego das reticências. Diante disso, a referida pontuação ao final desse trecho cumpre a função estilístico-sintática de:

- (A) Sinalizar uma interrupção brusca provocada pela intervenção autoritária do interlocutor antes que a frase fosse concluída.
- (B) Indicar a omissão deliberada de termos de baixo calão que seriam proferidos pelo personagem em tom de desabafo.
- (C) Registrar a presença de um erro de gagueira do personagem, evidenciando seu desespero perante o objeto mágico.
- (D) Sugerir a suspensão da fala e evocar a memória afetiva do leitor em relação ao bordão clássico dos contos de fadas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Questão 06. Um Tesoureiro precisa processar o pagamento de uma medição de obra pública no valor bruto contratado de R\$ 180.000,00. Conforme a legislação tributária local e o edital de licitação, devem ser retidos na fonte a alíquota de 5% referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e 1,5% de Imposto de Renda Retido na Fonte. Ambos os percentuais incidem de forma direta e independente sobre o montante bruto. Com isso, qual valor líquido deve ser emitido na ordem bancária?

- (A) R\$ 168.300,00.
- (B) R\$ 169.200,00.
- (C) R\$ 167.400,00.
- (D) R\$ 171.000,00.

Questão 07. Um contribuinte procurou a Tesouraria Municipal para quitar um débito de IPTU inscrito em Dívida Ativa no valor original de R\$ 24.000,00, em atraso há exatos 8 meses. A lei municipal prevê a incidência de juros de mora lineares (regime de juros simples) à taxa de 1,25% ao mês sobre o débito original, sem incidência cumulativa sobre multas acessórias já consolidadas no valor de R\$ 1.200,00. Considerando as normas descritas, qual é o montante total a ser liquidado pelo devedor?

- (A) R\$ 26.400,00.
- (B) R\$ 26.640,00.
- (C) R\$ 27.600,00.
- (D) R\$ 28.120,00.

Questão 08. A Tesouraria aplicou um superávit financeiro livre de R\$ 500.000,00 em um fundo de investimento lastreado em títulos públicos, remunerado à taxa de juros compostos de 2% ao mês. O montante foi resgatado após três meses para custear a compra emergencial de medicamentos pela Secretaria de Saúde. Desconsiderando incidências tributárias por imunidade do ente público, qual foi o rendimento bruto gerado exclusivamente por essa aplicação financeira ao final do trimestre?

- (A) R\$ 531.624,00.
- (B) R\$ 30.604,00.
- (C) R\$ 530.604,00.
- (D) R\$ 31.624,00.

Questão 09. A tarifa do transporte público municipal foi reajustada no início do ano com base na variação de custos operacionais. Em janeiro, o conselho tarifário aprovou um primeiro reajuste de 8% sobre a tarifa base vigente de R\$ 4,50. No segundo semestre, devido à alta extraordinária do óleo diesel, foi necessário um novo aumento complementar de 5% aplicado sobre o valor já corrigido no primeiro reajuste. Diante disso, qual passou a ser o valor final da tarifa após esses aumentos sucessivos?

- (A) R\$ 4,995.
- (B) R\$ 5,103.
- (C) R\$ 5,150.
- (D) R\$ 5,085.

Questão 10. Em um contrato de prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial, fixou-se uma taxa nominal de juros compensatórios de 18% ao ano sob o regime de juros simples para eventuais atrasos de repasses financeiros. O Tesoureiro precisa calcular a taxa proporcional diária e mensal correspondente para parametrizar o módulo de liquidação contábil, considerando o ano comercial padrão de 360 dias e meses de 30 dias. Diante disso, quais são as taxas mensal e diária proporcionais?

- (A) 1,39% ao mês e 0,045% ao dia.
- (B) 1,5% ao mês e 0,005% ao dia.
- (C) 1,8% ao mês e 0,06% ao dia.
- (D) 1,5% ao mês e 0,05% ao dia.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, a prestação do serviço extraordinário só poderá ocorrer por expressa determinação do Prefeito Municipal ou do Secretário Municipal onde estiver lotado o servidor, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição ou de ofício, limitando-se a quantas horas mensais?

- (A) Sessenta.
- (B) Trinta.
- (C) Quinze.
- (D) Quarenta e cinco.

Questão 12. Analise o texto a seguir, conforme a Lei Orgânica:

Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Qual das alternativas a seguir apresenta do que se trata o texto acima?

- (A) Compromisso a ser prestado pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito na posse dos respectivos cargos.
- (B) Frase que está escrita em uma placa metálica, em homenagem aos 50 anos do Município.
- (C) Texto que deve ser dito por todo e qualquer servidor ao tomar posse de cargo no Município.
- (D) Parte inicial do hino do Município.

Questão 13. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal. A recusa do Presidente da Câmara em assumir a Prefeitura implicará o(a), conforme a Lei Orgânica:

- (A) Perda do mandato de Vereador.
- (B) Impedimento em concorrer a qualquer cargo público durante oito anos.
- (C) Perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.
- (D) Condução para delegacia de polícia local para detenção.

Questão 14. A partir do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o horário normal de cada cargo ou função é o estabelecido na legislação específica, não podendo ser superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais. Além disso, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de _____ e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de _____.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) trinta minutos; uma hora.
- (B) trinta minutos; três horas.
- (C) uma hora; noventa minutos.
- (D) uma hora; duas horas.

Questão 15. Acerca da apresentação de atestados médicos e semelhantes, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos traz diversas especificações. Diante disso, analise as que estão presentes nas alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação considerada INCORRETA.

- (A) Os atestados do serviço médico oficial do Município poderão ser firmados pelo Enfermeiro, justificando apenas a ausência na data/turno do atendimento.
- (B) O servidor deverá comunicar, ao chefe imediato, com antecedência de 02 (dois) dias os afastamentos para realização de exames, procedimentos eletivos e consultas de rotina, ressalvadas as situações de urgência/emergência.
- (C) Os atestados de quaisquer profissionais que atuam na área da saúde somente justificam as faltas quando oriundos de indicação médica/odontológica, sempre sem indicação de CID.
- (D) Os atestados de consultas, procedimentos e exames realizados em horários incompatíveis com o expediente parcial na data, poderão abonar a falta total do dia, desde que contenham a informação.

Questão 16. O sistema tributário do Município é regulado pelo disposto nas Constituições Federal e Estadual, na legislação complementar pertinente e na legislação municipal, de acordo com a Lei Orgânica. Diante disso, o sistema tributário compreende tributos como os presentes em quantos dos seguintes itens? **I.** Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas; **II.** Tarifa para cópia de processos administrativos solicitados; **III.** Indenização para iluminação pública e recolhimento de lixo.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 17. A exoneração pode se dar a pedido, ou de ofício, quando o servidor, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estipulado em lei, por exemplo. A partir disso, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, quantos dos seguintes itens apresentam outros exemplos de formas pelas quais decorre a vacância de cargo? **I.** Promoção; **II.** Falecimento; **III.** Aposentadoria.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 18. Analise as assertivas que seguem, acerca do Prefeito, de acordo com a Lei Orgânica:

- I. O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo por motivo de doença devidamente comprovado.
- II. O Prefeito não poderá, sem autorização da Câmara Municipal, afastar-se do Município por mais de cinco dias e do país por qualquer tempo.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 19. A Lei Orgânica determina que a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar do que está previsto, por exemplo, nas alternativas que seguem. Após analisá-las, assinale a que apresenta informação considerada INCORRETA.

- (A) Criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizada em lei.
- (B) Aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da Administração direta.
- (C) Medidas executórias do plano diretor e do plano de desenvolvimento rural.
- (D) Abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação das penalidades.

Questão 20. Analise as partes que seguem, de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos: A designação para o exercício da função gratificada, que nunca será cumulativa com o cargo em comissão, será feita por meio de lei da autoridade competente (**1ª parte**); ainda, o valor da função gratificada será percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo (**2ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Enquanto a 1ª parte está incorreta, sabe-se que a 2ª parte não está.
- (B) Assim como a 1ª parte está correta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (C) Enquanto a 1ª parte está correta, sabe-se que a 2ª parte não está.
- (D) Assim como a 1ª parte está incorreta, tem-se que a 2ª parte também está.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, no âmbito da ação por improbidade administrativa, considerando as disposições legais acerca da indisponibilidade de bens dos réus, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A indisponibilidade de bens somente poderá ser requerida após o trânsito em julgado da sentença que reconhecer a prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) A indisponibilidade de bens poderá ser formulada, em caráter antecedente ou incidente, com a finalidade de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- (C) A indisponibilidade de bens poderá ser requerida exclusivamente antes do ajuizamento da ação, sendo vedado o pedido durante o curso do processo.
- (D) A indisponibilidade de bens somente poderá recair sobre os bens adquiridos pelo réu após a prática do ato de improbidade administrativa.

Questão 22. De acordo com os elementos das demonstrações contábeis, analise a sentença abaixo:

*Passivo é uma obrigação futura, derivada de evento presente, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade (**1ª parte**). Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto (**2ª parte**).*

A sentença está:

- (A) Correta somente a 1ª parte.
- (B) Correta somente a 2ª parte.
- (C) Totalmente correta.
- (D) Totalmente incorreta.

Questão 23. Conforme a Lei Complementar nº 116/2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é um tributo de competência municipal e do Distrito Federal. Com base nas regras gerais aplicáveis a esse imposto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (B) O imposto de que trata essa Lei Complementar não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização.
- (C) O imposto de que trata essa Lei Complementar não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante permissão.
- (D) O imposto de que trata essa Lei Complementar não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante concessão com o pagamento de tarifa.

Questão 24. A Administração Pública pretende utilizar recursos provenientes da alienação de bens e direitos integrantes do patrimônio público para custear despesas correntes. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa utilização é vedada, salvo quando _____.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) os recursos forem utilizados para o financiamento de qualquer despesa pública, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual.
- (B) os recursos forem destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, independentemente de autorização legal.
- (C) os recursos forem destinados por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (D) os recursos forem destinados a subvenções financeiras a fundações públicas.

Questão 25. Conforme o Código Tributário do Município de Toropi/RS, após a execução de obra de melhoramento, na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao _____ referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo dos custos.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) recolhimento.
- (B) parcelamento.
- (C) lançamento.
- (D) pagamento.

Questão 26. De acordo com o Código Tributário do Município de Toropi/RS, acerca da Contribuição de Melhoria decorrente da execução de obras públicas pelo Município, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Contribuição de Melhoria será devida por conta da execução de obras de pavimentação e construção de estradas, não alcançando obras de natureza urbanística ou paisagística.
- (B) A instalação de redes de água e esgoto não poderá gerar Contribuição de Melhoria, pois somente obras destinadas ao sistema viário podem ensejar a cobrança do tributo.
- (C) A Contribuição de Melhoria somente será devida quando a obra pública envolver construção de pontes, túneis ou viadutos, não sendo aplicável a obras de saneamento ou urbanização.
- (D) A Contribuição de Melhoria poderá ser devida pela execução de obras públicas como abertura ou alargamento de ruas, pavimentação de logradouros, instalação de redes de água e esgoto, proteção contra inundações, construção ou ampliação de praças e outras obras similares de interesse público.

Questão 27. Conforme a Lei n.º 4.320/1964, em relação às previsões anuais e à elaboração das propostas orçamentárias, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As propostas parciais de orçamento poderão ser elaboradas independentemente da política econômico-financeira e do programa anual de trabalho do Governo, desde que respeitem o limite global do orçamento da unidade administrativa.
- (B) A estimativa da receita deverá ter por base a arrecadação do exercício imediatamente anterior, sendo vedada a consideração de circunstâncias de ordem conjuntural.
- (C) As propostas parciais das unidades administrativas deverão ser acompanhadas de tabelas explicativas da despesa e de justificativa pormenorizada de cada dotação solicitada, incluindo a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamentos de obras públicas aos quais se destinam.
- (D) Não cabe revisão às propostas orçamentárias parciais caso sejam identificadas novas circunstâncias.

Questão 28. Conforme a Lei nº 4.320/64, em relação ao conteúdo e à forma da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, analise a sentença abaixo:

Compõe a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) a mensagem que conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, demonstrando a dívida fundada e flutuante, os saldos de créditos suplementares e os empenhos a pagar, não sendo necessário o encaminhamento de documentação que fundamente a mensagem (1ª parte). Além disso, faz parte dessa composição de proposta orçamentária o Projeto de Lei de Orçamento (2ª parte).

A sentença está:

- (A) Correta somente a 1ª parte.
- (B) Correta somente a 2ª parte.
- (C) Totalmente correta.
- (D) Totalmente incorreta.

Questão 29. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, acerca do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O imposto incidirá sobre as exportações, não sendo assegurado ao exportador o aproveitamento dos créditos relativos às operações anteriores.
- (B) O imposto será cumulativo, não sendo permitida a compensação do imposto devido com o montante cobrado nas operações anteriores.
- (C) O imposto incidirá sobre operações com bens materiais, não alcançando bens imateriais, direitos ou serviços.
- (D) Cada ente federativo fixará sua própria alíquota por lei específica.

Questão 30. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, a _____ do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) corresponde ao preço do serviço.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) alíquota aplicável à prestação do serviço.
- (B) base de cálculo utilizada para a apuração.
- (C) obrigação tributária decorrente da prestação do serviço.
- (D) responsabilidade tributária atribuída ao prestador do serviço.

Questão 31. De acordo com a Lei de Licitações, acerca do julgamento de propostas por menor preço ou maior desconto, analise as assertivas a seguir:

- I. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.
- II. Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- III. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.

Questão 32. Sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- (D) As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

Questão 33. Segundo a Lei Complementar nº 199/2023, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e cria mecanismos de integração entre as administrações tributárias, sobre o Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete ao CNSOA instituir e aperfeiçoar processos relacionados à simplificação das obrigações tributárias acessórias, com definição de padrões nacionais, sem impedir que os entes federativos disponham sobre obrigações acessórias relativas aos tributos de sua competência.
- (B) O CNSOA é composto por representantes da União, cabendo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios apenas fornecer informações para subsidiar suas deliberações.
- (C) As deliberações do CNSOA dependem, em qualquer hipótese, de aprovação por unanimidade de seus membros, especialmente aquelas relacionadas à disciplina das obrigações tributárias acessórias.
- (D) A atuação do CNSOA substitui a competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ficam impedidos de estabelecer obrigações tributárias acessórias próprias.

Questão 34. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A concessão de benefício tributário que implique renúncia de receita dispensa estimativa de impacto orçamentário-financeiro quando houver previsão na Lei Orçamentária Anual.
- (B) A renúncia de receita poderá ser concedida independentemente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que acompanhada de medidas de compensação no exercício de sua vigência.
- (C) Quando houver medidas de compensação mediante aumento de receita, o benefício tributário poderá entrar em vigor imediatamente, ainda que tais medidas não tenham sido implementadas.
- (D) A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício tributário que implique renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois exercícios subsequentes, dentre outras disposições legais.

Questão 35. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com determinados documentos. Considerando isso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A contratação direta exige apenas a justificativa de preço e a autorização da autoridade competente, sendo dispensável a comprovação da habilitação e qualificação do contratado.
- (B) O processo de contratação direta deve conter, entre outros documentos, a estimativa de despesa, a demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários, a razão da escolha do contratado, a justificativa de preço e a autorização da autoridade competente.
- (C) A contratação direta dispensa parecer jurídico e pareceres técnicos em qualquer hipótese, desde que exista disponibilidade de recursos orçamentários para a contratação.
- (D) A razão da escolha do contratado e a justificativa de preço são exigidas somente nos casos de dispensa de licitação, não se aplicando às contratações por inexigibilidade.

Questão 36. O Município formalizou um termo de convênio com o Governo Estadual para receber repasses financeiros voltados à pavimentação de vias públicas. Ao acompanhar o recebimento dessas Transferências Voluntárias, o Tesoureiro deve observar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante disso, dentre as condições obrigatórias para a entrega dos recursos, destaca-se a:

- (A) Dispensa de prestação de contas dos valores aplicados na execução da obra.
- (B) Comprovação de regularidade no recolhimento de tributos e contribuições ao INSS e FGTS.
- (C) Autorização expressa do Tribunal de Contas para a abertura da conta bancária vinculada.
- (D) Aplicação compulsória do montante transferido no financiamento de despesas correntes de pessoal.

Questão 37. Na elaboração do balancete de encerramento do setor, o Tesoureiro agrupa as obrigações financeiras do Município em Dívida Flutuante e Dívida Fundada (Consolidada). De acordo com a Lei nº 4.320/1964, integram o conceito de Dívida Flutuante:

- (A) Os empréstimos contratados para pagamento em prazo superior a doze meses autorizados por lei especial.
- (B) Os títulos da dívida pública municipal emitidos para financiamento de obras de infraestrutura urbana.
- (C) Os Restos a Pagar, os serviços de terceiros a pagar e os depósitos de caução e consignações em caixa.
- (D) As operações de crédito de longo prazo firmadas com organismos internacionais de fomento.

Questão 38. Suponha que um contribuinte deixou de recolher a taxa de licença de funcionamento no prazo regulamentar. Após o encerramento do exercício e esgotadas as notificações administrativas sem o pagamento espontâneo, a Secretaria de Finanças efetua a inscrição do valor não pago no livro próprio de controle. Segundo o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), esse crédito da Fazenda Pública passa a constituir a:

- (A) Dívida Flutuante Operacional.
- (B) Dívida Ativa.
- (C) Transferência Voluntária Pendente.
- (D) Reserva de Contingência.

Questão 39. No acompanhamento dos registros de execução do orçamento municipal, o Tesoureiro precisa identificar o momento do reconhecimento de receitas e despesas para fins de apuração do resultado financeiro. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro:

- (A) As receitas nele lançadas e as despesas nele pagas em dinheiro.
- (B) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- (C) As receitas nele previstas e as despesas nele estimadas pelo Poder Legislativo.
- (D) As receitas nele liquidadas e as despesas nele canceladas por decreto.

Questão 40. Ao conferir a estrutura da proposta orçamentária do Município, o Tesoureiro observa que o documento consolida todas as receitas estimadas e todas as despesas fixadas para os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo autarquias e fundos municipais, em um único instrumento legal. Essa organização obedece diretamente aos princípios orçamentários da:

- (A) Exclusividade e Anualidade Restrita.
- (B) Não Vinculação e Legalidade Tributária.
- (C) Unidade e Universalidade.
- (D) Continuidade e Segregação de Funções.